ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua: 26 de julho, 08 – Centro – São José de Mipibu/RN
Email: smecsjm@yahoo.com.br
Fone: (84) 32733406 – CEP 59.162-000
CGC 08.365.850/0001-03

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME



1087/2015

SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN
2015

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua: 26 de julho, 08 – Centro – São José de Mipibu/RN
Email: smecsjm@yahoo.com.br
Fone: (84) 32733406 – CEP 59.162-000
CGC 08.365.850/0001-03

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME

Este documento trata-se do Plano Municipal de Educação de São José de Mipibu-RN, dispondo das metas e estratégias, que nortearão a educação municipal, até o final da vigência deste.

SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN
2015

ARLINDO DUARTE DANTAS
PREFEITO MUNICIPAL

EDINEIDE BATISTA DE ALMEIDA
COORDENADORA ESTADUAL DO PME/MEC/SASE/UNDIME-RN

MARIA DAS VITÓRIAS FERREIRA DA SILVA
SUPERVISORA DO PME/MEC/SASE/UNDIME-RN

LÊDA ANDRADE OLIVEIRA DE SALES
AVALIADORA TÉCNICA DO PME/MEC/SASE/UNDIME-RN

LÚCIA MARTINS DE MOURA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

COMITÊ GESTOR DE ADEQUAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1) **REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:**

Ana Lêda Figueredo Varela
Cilene Regis Freire Gurgel
Hercia Dantas dos Santos
Kelly Cristina B. Dos Santos
Maria Leandra Pereira Fernandes
Maria Safira Gurgel Arruda
Tatiane Lima de Araújo

2) **REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Ivânia Shirley de O. Campos
Josenilson Viana Guedes

3) **REPRESENTANTES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL**

Verônica Senra

4) **REPRESENTANTES DO SINTE/RN**

Joaquim Tomé Ribeiro

5) **REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

Edson Loiz Cruz Galvão

6) **REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

Kélia Peixoto S.A. Câmara

Rejane Cléa De Souza

7) REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rosa Caetano

8) REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cynthia Gomes De A. Câmara

9) REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE

José Dalmo Pereira

10) REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE AS DROGAS

Vanusa Maria Da Silva

11) REPRESENTANTE DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PESQUEIRA

Jailson Henrique Da Silva

Lei n.º 1087/2015

Institui o Plano Municipal de Educação e da outras providências.

O Prefeito Municipal de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, nos termos do que prevê a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, com duração de 10(dez) anos, na forma contida no Anexo I, que é parte integrante desta Lei.

Art. 2º - O Plano Municipal de Educação foi elaborado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, com participação da sociedade, através do Fórum Municipal de Educação, e em conformidade com o Plano Nacional de Educação e demais legislações educacionais.

Art. 3º - O Plano Municipal de Educação, apresentado em conformidade com o que dispõe o Constituição Estadual, bem como a Lei Orgânica do Município, reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República e a Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, como também a Lei Orgânica do Município.

Art. 4º - O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do município, com suas respectivas diretrizes, objetivos, metas e ações, conforme Anexo I.

Art. 5º - Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Fórum Municipal de Educação e o Conselho Municipal de

Educação, avaliar a execução do PME, estabelecendo os mecanismos necessários ao acompanhamento de metas.

Art. 6º- O Fórum Municipal de Educação será convocado anualmente para o acompanhamento da execução das metas e ações previstas no Anexo I desta Lei, emitindo parecer sobre a situação encontrada.

§ 1º - O Fórum Municipal de Educação de que trata o caput desse artigo será constituído por representantes da sociedade civil, do poder executivo e dos demais órgãos do poder público ligados à educação que atuam no município, e sua composição e o mecanismo de eleição dos representantes deverão ser normatizados em lei específica.

§ 2º - O Fórum Municipal de Educação será convocado, no mínimo, a cada cinco anos a partir da aprovação desta lei, com o objetivo de avaliar, rever e adequar às metas contidas no Anexo I desta Lei.

Art. 7º - O Conselho Municipal de Educação deverá acompanhar as ações do poder executivo tendo em vista o cumprimento dos objetivos, metas e ações previstos no Anexo I desta Lei, emitindo pareceres, orientações e regulamentações necessárias à concretização do PME.

Art. 8º- O Executivo Municipal, por suas unidades de Educação e de Comunicação, dará ampla divulgação do conteúdo do PME junto ao pessoal docente e discente do setor no município e a toda a população.

Art. 9º - A Secretaria Municipal de Educação (com o apoio do Conselho Municipal de Educação e do Fórum Municipal de Educação) diligenciará para que as medidas associadas e complementares às constantes no PME sejam adotadas pelos demais setores e unidades da administração.

Art. 10º - O Município de São José de Mipibu incluirá, nos Planos Plurianuais e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais, dotações destinadas a viabilizar a execução desta Lei.

Art.11 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementares, se necessário, e de outros recursos captados no decorrer da execução do plano.

Art.12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São José de Mipibu/RN, 19 de junho de 2015.

ARLINDO DUARTE DANTAS
Prefeito Municipal

SUMÁRIO

1	**DIAGNÓSTICO**	
1.1	Dados numéricos	
1.2	História do Município	
2	**EDUCAÇÃO MUNICIPAL**	
2.1	Entidades Educacionais do Município	
2.2	Matrícula Geral do Município	
2.3	Recursos Humanos	
2.4	Recursos Financeiros	
2.5	Estrutura Física das Escolas Da Rede Municipal	
2.6	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, Índice de Aprendizagem e Prova Brasil	
3	**CONTROLE SOCIAL**	
3.1	Conselho Municipal de Educação - CME	
3.2	Conselho de Alimentação Escolar - CAE	
3.3	Conselho de Acompanhamento d Controle Social do Fundo de Manutenção d Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério - CACS FUNDEB	
4	**PR0GRAMAS E PROJETOS - MEC/FNDE**	
4.1	Ações Próprias	
4.2	Acessibilidade	
4.3	Atleta na Escola	
4.4	Brasil Alfabetizado	
4.5	Brasil Carinhoso/ Proinfância	
4.6	El Manutenção	
4.7	Grupo de Estudos em Educação, Metodologia para Pesquisa e Ação - GEEMPA	
4.8	Merenda Escolar	
4.9	Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC	
4.10	Programa ne Ações Articuladas - PAR	
4.11	Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	
4.12	Programa Mais Educação	
4.13	Programa Nacional de Educação do Campo- PRONACAMPO	
4.14	Programa Nacional do Livro Didático - PNLD	

4.15	Programa Saúde na Escola - PSE	
4.16	Transporte Escolar	
5	**METAS E ESTRATÉGIAS**	
5.1	Meta 1	
5.1.1	Estratégias	
5.2	Meta 2	
5.2.1	Estratégias	
5.3	Meta 3	
5.3.1	Estratégias	
5.4	Meta 4	
5.4.1	Estratégias	
5.5	Meta 5	
5.5.1	Estratégias	
5.6	Meta 6	
5.6.1	Estratégias	
5.7	Meta 7	
5.7.1	Estratégias	
5.8	Meta 8	
5.8.1	Estratégias	
5.9	Meta 9	
5.9.1	Estratégias	
5.10	Meta 10	
5.10.1	Estratégias	
5.11	Meta 11	
5.11.1	Estratégias	
5.12	Meta 12	
5.12.1	Estratégias	
5.13	Meta 13	
5.13.1	Estratégias	
5.14	Meta 14	
5.14.1	Estratégias	
5.15	Meta 15	
5.15.1	Estratégias	
5.16	Meta 16	

DIAGNÓSTICO

DADOS NUMÉRICOS

1- TOTAL DE INSTITUIÇÕES E ATENDIMENTO POR SEGMENTO:

	TOTAL	EDUC. INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL		ENS. MÉDIO	ENSINO MÉDIO TÉCNICO E PROFISSION.	EJA		EDUCAÇÃO DO CAMPO		ENSINO SUPERIOR
			Anos iniciais	Anos finais			Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino fundamental	Ensino médio	
PRIVADA	03	03	03	03	02	-	-	-	-	-	-
MUNICIPAL	27	24	22	09	00	-	01	-	'16	-	-
ESTADUAL	09	00	08	04	03	-	01	02	4	-	-
FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL:	39	27	33	16	05	-	02	02	20	-	-

2- TAXA DE NATALIDADE DO MUNICÍPIO:

	2009	2010	2011	2012	2013
NATALIDADE (nascidos vivos)	665	673	769	680	-

3-NÚMERO DE CRIANÇAS NO MUNICÍPIO:

	2009	2010	2011	2012	2013
0 A 1 ANOS	1661	1294	1308	1319	-
2 ANOS	812	659	667	673	-
3 ANOS	802	645	681	688	-
4 ANOS	794	728	701	707	-
5 ANOS	789	731	722	729	-

Só tivemos acesso aos dados de 2010 (IBGE)

4-TOTAL DE PESSOAS ALFABETIZADAS NO MUNICÍPIO (a partir dos nove anos):

2009	2010 - Relativo	2011	2012	2013 -Absoluto
	21,48%			26.954

5-TOTAL DE PESSOAS NÃO ALFABETIZADASNO MUNICÍPIO (a partir dos nove anos):

2009	2010	2011	2012	2013
	8.392			9.000

5.1- No município existem 940 crianças de 4 a 17 anos fora da escola – 51% masculino e 48,7% feminino -70.3% negros e 29.7 brancos- 61,5% na zona rural e 38,5% na zona urbana. Em relação a renda familiar79,8 recebem 1 /2 salário mínimo. Quanto aos responsáveis 79,7 % possuem fundamental incompleto Vejamos o quadro abaixo em números absolutos:

IDADE	NA ESCOLA	FORA DE ESCOLA
4 a 17 anos	10.579	940
4 e 5 anos	1.243	154
6 a 10 anos	4.018	78
11 a 14 anos	3.050	190
15 a 17 anos	2.268	518

Observamos que o número maior de crianças está no intervalo de 6 a 10 anos, mas é o maior número também que frequentam a escola, de 11 a 14 anos o número já preocupa , mas de 15 a 17 é o nosso desafio, pois é onde estão os jovens totalmente ociosos e sem um a perspectiva de futuro.

6- NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM PERCENTUAIS DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Fundamental (anos iniciais)		28,02			
Ensino Fundamental (anos finais)		48,5			
Ensino Médio					
Ensino Superior					

7- IDEB (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA):REDE MUNICIPAL

	2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Fundamental (anos iniciais)	3.0	-	3.4	-	3.5
Ensino Fundamental (anos finais)	2.8	-	2.1	-	2.5
Ensino médio	-	-	-	-	-

8- ALGUNS DADOS POPULACIONAIS DO MUNICÍPIO:

POPULAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
Baixa renda		64,36% ½ S.M.)			
Pardos		24%			
Negros		384 (absoluto)			

Indígenas					
Ciganos					
Quilombolas					
Pescadores					
Circenses					
Branca		13,7			
Preta		1,7			

9-INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL:

	Total de Instituições	Total de alunos atendidos				
		2009	2010	2011	2012	2013
Rede municipal	14	-	-	500	-	1.137
Rede estadual	5	-	-	-	150	634
Rede privada	-	-	-	-	-	-
Rede Federal	-	-	-	-	-	-

10- QUAIS OS PROGRAMAS/PROJETOS QUE O MUNICÍPIO OFERECE?

PROGRAMA	ORIGEM			SEGMENTO CONTEMPLADO						
	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL	FILANTRÓPICO/ ONG	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	ENSINO MÉDIO TÉCNICO E PROF.	EJA	EDUCAÇÃO DO CAMPO
PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO			x	-	-	x	-	-	-	x
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL			x	-	-	-	-	-	-	-
PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA			x			x				x
PROINFÂNCIA			x							
SAÚDE NA ESCOLA			x		x	x			x	x
ATLETA NA ESCOLA			x			x				x
PROINFO			x			x	x		x	x
ACESSIBILIDADE			x			x	x		x	x
OUTROS:										

11- INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS DAS DIVERSAS REDES DE ENSINO DO MUNICÍPIO

Nível	REDE	2009			2010			2011			2012			2013		
		Nº DE PROFESSORES	Nº MATRÍCULAA NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULA NA ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULA NA NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULA NA ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAA NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULA NA ZONA URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULAA NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULA NA Z. URBANA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE MATRÍCULA NO CAMPO	Nº DE MATRÍCULA NA ZONA URBANA
CRECHE (0 A 1 ANO)	MUNICIPAL	02	20	15	02	15	03	01	09	-	-	-	01	-	04	-
	ESTADUAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	2	-	10	2	-	4	2	-	9	2	-	7	2	-	10
CRECHE (2 ANOS)	MUNICIPAL	08	99	76	07	95	112	09	87	112	12	80	157	16	74	59
	ESTADUAL	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	2	-	10	2	-	13	2	-	16	2	-	15	2	-	10
CRECHE (3 ANOS)	MUNICIPAL	20	189	269	23	191	253	24	230	270	23	194	391	28	151	159
	ESTADUAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	4	-	43	4	-	47	4	-	34	4	-	49	4	-	30

PRÉ-ESCOLA (4 ANOS)	MUNICIPAL	25	297	310	25	292	372	28	241	380	20	175	330	40	153	284
	ESTADUAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	2	-	56	5	-	65	5	-	77	6	-	65	6	-	765
-PRÉ-E83SCOLA (5 ANOS)	MUNICIPAL	35	370	427	33	223	401	32	309	332	23	401	308	29	177	277
	ESTADUAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	5	-	83	5	-	65	6	-	63	6	-	81	6	-	78
1° ANO (6 ANOS)	MUNICIPAL	28	284	340	31	269	384	27	249	658	30	384	291	26	143	313
	ESTADUAL	5	54	110	06	28	107	5	30	78	4	31	46	4	32	41
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	4	-	110	4	-	89	6	-	81	5	-	80	5	-	94
2° ANO (1ª SÉRIE)	MUNICIPAL	29	333	322	27	240	353	26	298	365	24	300	286	28	163	298
	ESTADUAL	4	25	100	5	08	101	8	08	121	5	07	99	5	19	95
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	4	-	78	5	-	94	4	-	110	6	-	94	6	-	95
3° ANO (2ª SÉRIE)	MUNICIPAL	30	342	356	29	296	312	26	270	372	30	345	282	32	118	355
	ESTADUAL	5	26	126	4	04	88	5	09	123	4	11	93	6	19	112
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	PRIVADA	3	-	47	4	-	85	4	-	102	5	-	90	6	-	116
4º ANO (3ª SÉRIE)	MUNICIPAL	33	473	494	35	494	566	35	442	529	32	430	412	35	185	483
	ESTADUAL	07	18	229	08	14	202	9	19	212	08	53	145	08	26	155
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	3	-	57	2	-	56	4	-	73	4	-	93	5	-	94
5º ANO (4ª SÉRIE)	MUNICIPAL	29	373	357	34	327	412	31	394	499	32	461	313	35	134	405
	ESTADUAL	06	22	182	04	09	176	08	26	210	6	19	163	07	37	153
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	3	-	82	3	-	60	3	-	61	5	-	76	5	-	102
6º ANO (5ª SÉRIE)	MUNICIPAL	63	484	457	92	450	287	73	434	429	52	395	296	76	240	271
	ESTADUAL	15	21	337	15	14	253	15	11	347	15	15	346	15	17	327
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	28	-	89	28	-	72	22	-	52	30	-	67	30	-	78
7º ANO (6ª SÉRIE)	MUNICIPAL	71	365	468	81	291	330	78	275	460	56	265	210	76	135	228
	ESTADUAL	14	17	282	22	26	257	22	13	163	07	22	177	22	10	228
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	22	-	76	29	-	78	29	-	59	30	-	40	20	-	55
8º ANO (7ª SÉRIE)	MUNICIPAL	66	219	374	81	240	161	66	171	384	54	195	175	64	82	102
	ESTADUAL	13	14	194	22	26	193	22	15	212	22	15	114	22	08	185

	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA															
9º ANO (8ª SÉRIE)	MUNICIPAL	54	157	128	81	158	212	68	125	177	40	104	86	60	59	81
	ESTADUAL	13	15	149	20	15	150	20	11	189	20	22	192	20	18	133
	FEDERAL															
	PRIVADA	22	-	57	22	-	55	22	-	46	32	-	53	32	-	45
1º ANO DO ENSINO MÉDIO	MUNICIPAL															
	ESTADUAL	30	59	482	30	92	473	30	85	458	30	101	446	30	75	391
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	22	-	51	22	-	27	22-	-	43	22	-	40	22	-	39
2º ANO DO ENSINO MÉDIO	MUNICIPAL															
	ESTADUAL	30	27	405	35	61	425	30	61	371	30	45	375	30	47	326
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	22	-	44	22	-	44	22	-	23	23	-	38	22	-	33
3º ANO DO ENSINO MÉDIO	MUNICIPAL															
	ESTADUAL	20	39	246	30	31	330	30	51	325	30	55	309	30	46	333
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	22	-	30	22	-*	39	22	-	34	23	-	24	23	-	35
1º ANO DO	MUNICIPAL															

	ESTADUAL															
	FEDERAL															
	PRIVADA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ANO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO/PROFIS.	MUNICIPAL															
	ESTADUAL															
	FEDERAL															
	PRIVADA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º ANO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO/PROFIS.	MUNICIPAL															
	ESTADUAL															
	FEDERAL															
	PRIVADA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4º ANO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO/PROFIS.	MUNICIPAL															
	ESTADUAL															
	FEDERAL															
	PRIVADA															
1º PERÍODO DA EJA	MUNICIPAL															
	ESTADUAL															
	FEDERAL															
	PRIVADA															

2º PERÍODO DA EJA	MUNICIPAL	03	48	28	04	21	40	01	-	34	02	01	09	01	-	24
	ESTADUAL	05	104	14												
	FEDERAL															
	PRIVADA															
3º PERÍODO DA EJA	MUNICIPAL	05	102	16	15	-	138	14	-	115	02	39	23	08	-	126
	ESTADUAL	10	66	72												
	FEDERAL															
	PRIVADA															
4º PERÍODO DA EJA	MUNICIPAL	05	54	18	19	14	130	10	-	147	14	68	-	05		34
	ESTADUAL	20	56	179												
	FEDERAL															
	PRIVADA															
5º PERÍODO DA EJA	MUNICIPAL									14	68	-	05	-	34	
	ESTADUAL	15	31	161												
	FEDERAL															

2- CURSOS DE ENSINO SUPERIOR OFERECIDOS NO MUNICÍPIO:

12.1 – Cursos de graduação presenciais:

2009	REDE			Nome da instituição	Nº de vagas oferecidas	Nº de matrículas	CONCLUINTES	Nº de professores
Nome do curso	ESTADUAL	FEDERAL	PRIVADA					
Graduação em Pedagogia			x	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Ensino Superior-IBRAPES/U.V.A. Universidade do Vale do Acaraú	170	140	106	30

2010	REDE			Nome da instituição	Nº de vagas oferecidas	Nº de matrículas	Nº de concluintes	Nº de professores
Nome do curso	ESTADUAL	FEDERAL	PRIVADA					
Graduação em Pedagogia			x	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Ensino Superior-IBRAPES/U.V.A. Universidade do Vale do Acaraú	60	46	26	20

2011	REDE			Nome da instituição	Nº de vagas oferecidas	Nº de matrículas	Nº de concluintes	Nº de professores
Nome do curso	ESTADUAL	FEDERAL	PRIVADA					
Graduação em Pedagogia			x	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Ensino Superior- IBRA-IBRA-PES/U.V.A. Universidade do Vale do Acaraú	80	73	35 + 22 cursando	20

2012	REDE			Nome da instituição	Nº de vagas oferecidas	Nº de matrículas	Nº de concluintes	Nº de professores
Nome do curso	ESTADUAL	FEDERAL	PRIVADA					
Graduação em Pedagogia			x	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Ensino Superior- IBRA-IBRA-PES/U.V.A. Universidade do Vale do Acaraú	60	47	40 cursando em fase de conclusão	20

2013	REDE			Nome da instituição	Nº de vagas oferecidas	Nº de matrículas	Nº de concluintes	Nº de professores
Nome do curso	ESTADUAL	FEDERAL	PRIVADA	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Ensino Superior- IBRA-IBRAPES/U.V.A. Universidade do Vale do Acaraú				
Graduação em Pedagogia			x	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Ensino Superior-IBRA-PES/U.V.A. Universidade do Vale do Acaraú	120	118	102 cursando, em fase de conclusão.	30

12.2- Cursos de pós-graduação (especialização) latu sensu:

2013	REDE			Nome da instituição	Nº de vagas oferecidas	Nº de matrículas	Nº de concluintes	Nº de professores
Nome do curso	ESTADUAL	FEDERAL	PRIVADA					

Alfabetização			x	Instituto Superior de Educação de Pesqueira (ISEP)	30	27	Ainda não houve turma concluinte	20
Psicopedagogia			x	ISEP	60	58	54	20
LIBRAS			x	ISEP	30	15	Ainda não houve turma concluinte	20
Educação Infantil			x	ISEP	90	81	Ainda não houve turma concluinte	20

2013	REDE							
Nome do curso	ESTADU	FEDERAL	PRIVADA	Nome da instituição	Nº de vagas oferecidas	Nº de matrículas	Nº de concluintes	Nº de professores
Graduação em Pedagogia			x	Instituto Superior de Educação de Pesqueira (ISEP)	120	115	Ainda não houve turma concluinte	20

13-ATENDIMENTO A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO (POR TIPO DE NECESSIDADE):

Rede Municipal

Total de crianças atendidas	Autismo infantil	Baixa visão	Deficiência física	Deficiência intelectual	Deficiência múltipla	Transtorno desintegrativo da infância	Deficiência auditiva	Cegueira	Surdez	Síndrome de asperger	Síndrome – altas Habilidades
2009											
2010											
2011											
2012											
2013											
2013	12	14	32	196	26	12	7	½ surdos cegos	9	2	11

Rede Privada

Total de crianças atendidas	Autismo infantil	Baixa visão	Deficiência física	Deficiência intelectual	Deficiência múltipla	Transtorno desintegrativo da infância	Deficiência auditiva	Cegueira	Surdez	Síndrome de asperger	Síndrome Altas Habilid.
2009											
2010											
2011											

2012											
2013											
2014	1			7		2	1				

14- GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES PÚBLICAS:

Nº de instituições	Municipal	Estadual	Federal
Eleição Direta	28	7	-
Indicação/ cargo comissionado	0	0	-

15- FORMAÇÃO DOS PROFESSORES:

Etapa	Rede de ensino	Quantidade de professores por nível de escolaridade						
		Ensino fundamental	Ensino Médio	Ensino Médio com Magistério	Graduação	Pós-graduação/		
						Especialização	Mestrado	Doutorado
Educação Infantil	MUNICIPAL	3	-	7	50	44		
	ESTADUAL							
	FEDERAL							
	PRIVADA		1	10	5			
Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	MUNICIPAL	-	-	14	55	63		
	ESTADUAL							
	FEDERAL							
	PRIVADA				18	6		

Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	MUNICIPAL				67	26		
	ESTADUAL							
	FEDERAL							
	PRIVADA				23	7	2	
Ensino Médio Regular	MUNICIPAL							
	ESTADUAL							
	FEDERAL							
	PRIVADA				16	4	1	

16- Quantas Escolas do Campo com oferta de Educação Infantil possuem espaço adequado? 02

17- O município possui quantas Creches do Proinfância em funcionamento? 01

18- Quantas Creches do Proinfância ainda estão em fase de construção? (*Há uma em fase de licitação*)

19- Quantas Escolas do Campo foram construídas em terreno próprio do município? *8 escolas*

12- Quantas Escolas do Campo foram construídas em terreno cedido por terceiros? 12

21 – O município possui Plano de Cargo e Carreira dos professores? *SIM*

22- O Município cumpre a Lei do Piso salarial do magistério público? *SIM*

DIAGNÓSTICO

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

São José de Mipibu é um município do Estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. Mipibu é uma palavra de origem Tupi que significa surgir subitamente. Em 1630 existia um aldeamento no território, cujo nome era Mopebu, o maior, mais populoso e o principal entre as seis aldeias da Capitania do Rio Grande. No relatório do bragantino Adriano Wedouche constava que *"existiam na capitania cinco ou seis aldeias que reunidas podiam contar de 700 a 750 índios flecheiros e que a principal flecha era chamada de Mopebu"*. Foi este aldeamento que deu origem ao nome do município.

Os primeiros habitantes da região foram índios Tupis, que se localizaram nas proximidades do rio Mipibu, que recebeu esse nome por surgir de repente na famosa Fonte da Bica e percorrer quatro quilômetros, até desaguar no rio Trairi. Em adiantado processo de organização e sinais de povoação, o aldeamento passou a ser coordenado pelos frades Capuchinhos, no final do século XVII, até o ano de 1762, quando foi instalada a vila de São José do Rio Grande. Nesse período, com a saída dos Capuchinhos, a coordenação dos destinos da comunidade foi assumida pelos próprios nativos.

A criação do município foi através do alvará de 3 de maio de 1758, instalado em 22 de fevereiro de 1762, com procedimento de Vila de São José do Rio Grande, numa homenagem conjunta a São José e ao Príncipe D. José Francisco Xavier. Em 16 de outubro de 1845, a vila de São José do Rio Grande foi elevada à categoria de cidade, passando a se chamar cidade de Mipibu. Passados dez anos a cidade recebeu o nome de São José de Mipibu, numa união entre a religiosidade e o famoso rio que emerge da terra de maneira surpreendente.

A cidade de São José de Mipibu está localizada na Região Agreste do Estado, pertence a microrregião de Macaíba, juntamente com os municípios de Ceará-Mirim, São Gonçalo do Amarante, Nísia Floresta e Macaíba e tem acesso direto pela BR 101.

Os limites do município são: ao Norte: Macaíba e Parnamirim; ao Sul: Arês, Espírito Santo, Várzea e Brejinho; A Leste: Nísia Floresta e a Oeste: Monte Alegre e Vera Cruz.

O município é localizado a 30 km de Natal, a capital do estado. Tem uma população de 39.776 habitantes (censo 2010) sendo 18.233 na zona urbana e 21.543 na zona rural., com área territorial de 294km². A zona rural e composta de várias localidades destacando-se: Ribeiro, Manimbu, Curral Novo, Sítio Buracos, Caieiras, Laranjeiras do Abdias, Boa Vista, Laranjeiras dos Cosmes, Retiro, Arenã, Taborda, Cobé, Jacaracica, Mendes, Japecanga, Passagem dos Cavalos, Pium, Areia Branca e Vale do Lirio.

A população do município, é composta de trabalhadores rurais, servidores públicos, comerciantes e auxiliares na construção civil. O turismo também atrai anualmente visitantes para as Festas Juninas e a festa dos Padroeiros, Santana e São Joaquim, no mês de julho. A comercialização dos produtos agrícolas é oriunda da zona rural onde reside e trabalha mais da metade da população do município.

O município dispõe de programas federais de educação, saúde e ação social, que são desenvolvidos pelas secretarias nas áreas socioculturais, esportivas e educacionais que fazem parte do calendário municipal. Inclui-se ainda atividades de formação e orientação religiosa onde várias Igrejas trabalham com crianças e jovens. No entanto, temos ainda um alto índice de consumo de álcool, drogas e prostituição infanto-juvenil. O desemprego e a falta de investimentos em espaços para esporte e lazer tornam-se um agravante às situações de vulnerabilidade e violência.

Fonte: Idema-RN e Prefeitura de São José de Mipibu. Revista Fatos&Feitos 2012

EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Com o Programa de Assistência Educacional aos Municípios (PAEM), o município de São José de Mipibu implantou o primeiro órgão municipal de educação, que, denominou-se Departamento de Educação Municipal e foi fundado em 1976. A coordenação estadual do PAEM promoveu cursos para dirigentes, supervisores escolares e para o setor de estatística. Outros setores como: merenda escolar e banco do livro (existente na época), também funcionavam no Departamento de Educação.

Em 02 de agosto de 1989, através do Decreto nº 011/89-GP, foi criada a

Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com as competências, dentre outras, de:

- Executar, supervisionar e controlar a ação do governo municipal relativo à educação e aos desportos;
- Controlar e acompanhar o funcionamento de estabelecimentos de ensino de diferentes graus e níveis, públicos e particulares;
- Supervisionar e controlar a ação do governo municipal relativo à cultura e à recreação;
- Articular-se com os governos federal e estadual em matéria de política e de legislação educacional.

Hoje a cultura e o esporte funcionam em secretarias próprias e a referida Secretaria é denominada de Secretaria Municipal de Educação.

Atualmente a Secretaria vem efetivando programas e políticas públicas no que concerne a um melhor desenvolvimento dos educandos e dos professores em relação a formação continuada, a saber: **PAR** - é o plano de ações da secretaria através do qual são liberadas as ações pedagógicas e financeiras para as escolas e professores. **PDDE INTERATIVO** - que orienta um plano de gestão incluindo os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros de cada Escola; PDDE WEB **MAIS EDUCAÇÃO** - Como primeiro passo para implantação da educação integral nas escolas; **ACESSIBILIDADE** - Recursos e materiais para as escolas realizarem o Atendimento Educacional Especializado; **GEEMPA** - Programa de alfabetização e correção de fluxo; **PNAIC** - Programa de formação continuada para alfabetização na idade certa, destinado aos professores do 1º ao 3º ano e livros didáticos para o aluno. **ESCOLA DE CAMPO** - Programa que oportuniza as escolas da zona rural realizarem melhorias estruturais nos prédios; **PRÓINFÂNCIA** - Construção de creches modelo MEC e orientação para elaboração do Projeto Pedagógico dos Centros Infantis.

Além dos programas federais, a Secretaria promove cursos, formações continuadas, oficinas e planejamento, para orientação e aperfeiçoamento pedagógico nos diversos segmentos.

ENTIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO

A- REDE MUNICIPAL

Centros Municipais de Educação Infantil

01- CMEI Almerinda Ferreira Gomes de Paiva

02- CMEI. Josefa Faustino

03- CMEI. Lucilda Maria Ferreira

04- CMEI Professor Mário Alexandre do Monte

05- CMEI Pau Brasil

06- CMEI Professora Terezinha Alves Ferreira

07- CMEI Professora Uracinda de Medeiros Barbosa

08- CMEI Santa Isabel

Escolas Municipais

01-Centro de Educação Rural Professora Maria José de Melo

02- E.M. Bernardo de Souza Coutinho

03- E.M. Cônego Pedro Paulino

04- E.M. Felipe Tavares de Paiva

05- E.M. Janilson Ferreira

06- E.M. Jenuíno de Souza Menino

07- E.M. Jorge Ferreira da Silva

08- E.M. José Gomes de Lima

09- E.M. Josefa Generosa de Melo

10- E.M. Júlio Ferreira da Silva

11- E.M. Maria Aparecida de Carvalho Ferreira

12- E.M. Maria Salete de Lima

13- E, M. Prefeito Janilson Ferreira

14- E.M. Professor Severino Bezerra de Melo

15- E.M. Professora Angelina Vasconcelos de Faria

16- E.M. Professora Clóris Trigueiro Peixoto

17- E.M. Professora Eusa de Melo Palhano

18- E.M. Professora Severina Ferreira da Silva

19- E.M. Professora Maria Mirtes da Silva Araújo

20- E.M. Vereador Antônio Ferreira da Silva

B- **REDE ESTADUAL**

01- Escola Estadual Barão de Mipibu
02- Escola Estadual Hilton Gurgel de Castro
03- Escola Estadual Laranjeiras do Abdias
04- Escola Estadual Professor Francisco Barbosa
05- Escola Estadual Professor Rafael Garcia
06- Escola Estadual Professora Terceira Rocha
07- Escola Isolada Hélio de Carvalho Ferreira
08- Escola Isolada Professora Maria Helena Pereira Gomes
09- Escola Isolada Zita Freire

C- **REDE PARTICULAR**

01- Centro Educacional Conhecer
02- Escola Batista Carlos Mateus
03- Instituto Pio XII

MATRÍCULA GERAL DO MUNICÍPIO

Em 2013 a matrícula total do município foi de 11.697 alunos, em todas as redes de ensino. De acordo com dados preliminares do censo 2014, a matrícula apresenta-se em número de 7.216 alunos, sendo 4.296 alunos da zona rural e 2.920 alunos da zona urbana, apenas na rede municipal. Nosso desafio de atendimento a zona rural é grande uma vez que além do número de alunos, há escolas que distam em até 25 km do centro da cidade e com o agravante de pequenos alagamentos em períodos de chuva, que dificulta o trânsito de transportes escolares e para os alunos e para os professores que se deslocam da cidade para a zona rural.

RECURSOS HUMANOS

A Secretaria Municipal de Educação possui um quadro de quase 700 (setecentos) funcionários sendo composto por professores concursados, Agentes Educacionais I (asg's, merendeiros e vigias) a Agentes Educacionais II (secretários escolares), bolsistas e processos seletivos para as necessidades temporárias.

A escolaridade dos professores é de nível superior, com apenas 03 (três) com Ensino Fundamental, que estão em vias de aposentadoria e 7 (sete) com Magistério que estão cursando Pedagogia. Em sua maioria são pós-graduandos e pós-graduados em suas respectivas áreas de atuação.

RECURSOS FINANCEIROS

Analisando os quadros abaixo, veremos que será um grande desafio o cumprimento das metas que iremos propor, uma vez que é fácil verificar que pelo menos nos 3(três) anos informados, a receita nunca cobre a despesa com a educação que vai aumentando a cada ano. Necessário se faz, uma política de arrecadação municipal e um olhar do Ministério de Educação e Cultura - MEC, principalmente em relação a despesa com pessoal, para que o município possa atender aos reajustes previstos para os profissionais da educação, assim como despesas com formação e aperfeiçoamento e atendimento as necessidades físicas e pedagógicas das escolas.

RECEITAS E DESPESAS			
EDUCAÇÃO	2011	2012	2013
RECEITAS	20.051.427,81	19.545.637,43	22.039.222,08
DESPESAS	21.644.166,49	21.935.548,25	24.639.452,38

DESPESAS POR SUBFUNÇÃO			
SUBFUNÇÃO	2011	2012	2013
ADM. GERAL	861.281,35	1.369.486,21	787.368,96
ENSINO FUNDAMENTAL	17.113.197,67	17.398.385,88	20.899.329,00
ENSINO MÉDIO	174.395,74	235.411,50	455.119,00
ENSINO SUPERIOR	154.129,20	90.742,76	174.729,36

EDUCAÇÃO INFANTIL	2.907.192,85	2.556.072,66	2.267.173,26
EDUC.JOVENS E ADULTOS	110.977,56	243.896,24	55.732,80
EDUCAÇÃO ESPECIAL	322.992,12	41.553,00	-
TOTAL	**21.644.166,49**	**21.935.548,25**	**24.639.452,38**

ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL

Dos 08 (oito) Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, apenas o CMEI Professora Uracinda de Medeiros Barbosa, funciona em prédio com a estrutura do MEC. O CMEI Almerinda Ferreira Gomes de Paiva, o C.M.E.I. Josefa Faustino, o CMEI Lucilda Maria Ferreira e o CMEI Professora Terezinha Alves Ferreira, funcionam em prédios próprios e os CMEIs Professor Mário Alexandre do Monte, Pau Brasil e Santa Izabel no Mendes (que funcionou na escola até 2014), estão instalados em prédios alugados. No entanto, o CMEI Professor Mário Alexandre do Monte, aguarda construção de prédio através do MEC e encontra-se em fase de licitação que será feita através do próprio Ministério. Quatro CMEIs aguardam reparos com recursos do Educação Infantil em Manutenção, do Programa Brasil Carinhoso. O CMEI Almerinda Ferreira Gomes de Paiva, aguarda reparos com recursos do Programa Escola de Campo e complementação de serviços pela prefeitura.

Das 20 (vinte) escolas da zona urbana e rural, 07 (sete) já foram reformadas e, duas ampliadas. Em 04 (quatro) escolas há planejamento para reforma e ampliação e outras 06 (seis) aguardam recursos da Escola do Campo para reparos.

IDEB (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA) INDICE DE APRENDIZAGEM E PROVA BRASIL, NA REDE PUBLICA MUNICIPAL

ENSINO FUNDAMENTAL	IDEB OBSERVADO			META PROJETADA	
	2009	2011	2013	2009	2011
Anos Iniciais	3.0	3.4	3.3	2.8	3.2
Anos Finais	2.5	2.3	2.4	2.5	2.9

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP, observa-se que nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os índices foram acima das metas em 2009 e 2011, apenas em 2013 baixou 0.2. Já nos anos finais, em 2009, atingiu apenas a meta, mas baixou em 0.6 em 2011 e 0.9 em 2013.

A aprovação de todo Ensino Fundamental na rede pública em pontos percentuais (%) manteve-se em **(69.1)** em 2009 e 2010 e melhorou em 2011 **(73.9)** e em 2012 **(75.2).** A reprovação caiu gradativamente de 2009 para 2011, **(1.0)** cada ano, mas em 2012 obteve **(4.1)**, com uma diferença de **(14.0)** de 2011. O abandono de **(1.0)** em 2009, cresceu para **(11.4)** em 2010, em 2011 diminuiu para **(8)** e em 2012 chegou a (2.9). No Ensino Médio, de 2009 a 2011 houve um decréscimo de **(70.2)** para **(65.5)**, melhorou em 2012 para **(70.7).** A reprovação aumentou bastante: de **(2.8)** em 2009, para **(18.3)** em 2012. A taxa de abandono só tem medição de 2011 foi de **(39.4)**, considerada alta em relação ao estado **(19.3),** e do Brasil de **(9.5)** em todas as redes de ensino.

O resultado da prova Brasil na rede publica municipal apresentou os seguintes resultados em 2013, de acordo com o INEP: no 5º ano em português, na competência de leitura e interpretação do texto, 786 alunos realizaram a prova e 94 apresentaram aprendizado adequado, representando **12%** dos alunos. Dos 12%, **1%**(11alunos) tiveram aprendizado avançado, ou seja, além da expectativa, e **11%** (84 alunos) tiveram aprendizado esperado. Do restante que não alcançaram esse percentual **38%** (296 alunos) apresentaram pouco aprendizado e **50%** (395 alunos) apresentaram quase nenhum aprendizado. Em matemática dos 786 alunos 53 demonstraram aprendizado adequado representando apenas **7%** dos alunos. No 9º ano, 259 alunos fizeram a prova de português e 28 tiveram o aprendizado adequado, o que representa **11%.** Destes, **2%**(4 alunos) obtiveram resultado avançado, além

das expectativas e **9%** (24 alunos) apresentaram aprendizado esperado. Do restante que não alcançou esse resultado, **59%** (154 alunos) apresentaram pouco aprendizado e **30%** (77alunos) apresentaram quase nenhum aprendizado. Em matemática, **3%** (8 alunos) demonstraram aprendizado adequado.

CONTROLE SOCIAL

A Secretaria de Educação tem como entidades de controle social que auxiliam na administração, organização e regulamentação do Sistema Municipal de Ensino, os seguintes colegiados: Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (CACS FUNDEB). O município dispõe do Sistema Municipal de Ensino amparado pela lei nº784/2002, que reza em seu capítulo III as diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Educação.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME

O Conselho Municipal de Educação criado pela Lei nº 624 de 10 de dezembro de 1997, encontra-se em plena atividade, dando respaldo as ações e organização do Sistema Municipal de Ensino (Leis e Decretos).

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE

O Conselho de Alimentação Escolar foi criado pela Lei nº 575 de 10 de abril de 1995, que foi revogada, posteriormente, pela Lei nº 715 de 23 de agosto de 2000. Vem desenvolvendo suas atribuições junto as entidades educacionais, no que se refere à supervisão, controle e distribuição da merenda escolar.

CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO- CACS FUNDEB

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério, criado pela Lei nº 625 de 11 de dezembro de 1997, acompanha de forma trimestral todo recurso do FUNDEB relacionando: recursos, número de alunos e aplicações.

PR0GRAMAS E PROJETOS - MEC/FNDE/SME

AÇÕES PRÓPRIAS

Além das ações de âmbito federal, a Secretaria Municipal de Educação promove ações que favorecem o desenvolvimento da educação municipal.

Na Educação Infantil, desenvolve encontros de formação continuada, planejamentos e oficinas, abertos para professores do município, município vizinhos e estudantes de pedagogia, buscando atender as necessidades dos profissionais, para crianças desta faixa etária.

Do 1º ao 3º ano, as orientadoras do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa PNAIC, acompanham e avaliam o desenvolvimento das atividades.

No 4º e 5º ano, são promovidos encontros de formação, planejamento e oficinas, para o aprimoramento da prática pedagógica, para os professores da rede municipal.

Do 6º ao 9º ano e EJA, são realizados encontros de planejamento e formação, que exploram o currículo e as práticas para o referido segmento.

Na Educação Especial, foi estabelecida uma parceria interna com o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), com a participação do grupo de professores do Atendimento Educacional Especializado AEE, em oficinas e palestras. O município promoveu em 2014 o 2º Seminário Municipal de Educação Inclusiva, o 1º foi realizado em 2013. O Curso Básico de Libras é ofertado desde o ano de 2011, com vaga para 100 professores e demais profissionais da educação, com uma carga-horária de 40h. Encontra-se em andamento a Resolução Municipal de Educação Inclusiva, já aprovado pela Promotoria de Inclusão, faltando apenas ser validado pelo Conselho Municipal de Educação. Em dezembro de 2013, o município foi escolhido como polo para a realização do Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado em parceria com a UFRN/PROFOCO, onde foram ofertadas 100 vagas, contemplando também, professores dos municípios vizinhos.

ACESSIBILIDADE

O programa de acessibilidade atende aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais matriculados na rede de ensino, no processo de Educação Inclusiva. O Programa disponibiliza através do MEC/FNDE, recursos para equipar as salas de recursos multifuncionais, com compras de materiais de tecnologia

assistiva, reparos que propicie a acessibilidade através de sinalização dos espaços como corredores e rampas, alargamento de portas e adequações de banheiros para os alunos com deficiência física ou sensorial e com transtornos globais do desenvolvimento. No município há o registro de 319 alunos matriculados na rede. Destes 151 estão matriculados nas salas multifuncionais, com professores capacitados e selecionados para esse atendimento. Até 2013, o Atendimento Educacional Especializado foi ofertado em 8 escolas onde funcionam salas de recursos multifuncionais e está previsto a instalação de mais 6 salas em 3 escolas na zona urbana e 3 escolas da zona rural. Os professores das salas de recursos se reúnem semanalmente para o estudo dos fascículos de orientação do MEC, palestras, oficinas e estudos de caso sobre os alunos público-alvo. O total de alunos atendidos em 2013 foi de1.771 alunos sendo 1.137 na rede municipal e 634 na rede estadual.

ATLETA NA ESCOLA

O Programa Atleta na Escola tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica. É composto das etapas escolares, municipais e estaduais. No município 13 escolas fizeram adesão e estão realizando as provas, de atletismo, na própria escola, pois é a mais viável para a realidade das mesmas.

BRASIL ALFABETIZADO

Desde 2007, tentando minimizar o índice de analfabetismo, o município vem trabalhando com as metas estabelecidas para cada etapa da alfabetização. Em 2014 estamos cumprindo a etapa referente ao exercício 2013, com 4 turmas na zona urbana e 19 na zona rural num total de 271 alfabetizandos. Conforme o IBGE o índice vem diminuindo mas, ainda há muito a se fazer. Pois de 30,1% em 2000, tivemos um índice de 25% em 2010, espera-se que no próximo censo esse percentual tenha diminuído. De acordo com o censo 2010, 518 jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola. Segundo o DATASUS em 2013, a população não alfabetizada a partir de 9 anos era de 9.000 pessoas, destes, 5.245 nunca frequentaram a escola.

BRASIL CARINHOSO/ PROINFÂNCIA

Programa do Governo Federal que subsidia a construção e aquisição de equipamentos de creches. No município, temos uma creche modelo MEC, na zona urbana recém inaugurada já funcionando e que deverá ampliar a matrícula para 2015 e uma outra, também na zona urbana, que está aguardando a disponibilização do MEC para a adesão e entrada no processo de licitação. Vale ressaltar, que há necessidade de construção de pelo menos mais três creches na zona rural, para atendimento da demanda de prédios alugados assim como novas matrículas.

EI MANUTENÇÂO

Como parte do programa Brasil Carinhoso, o programa Educação Infantil em Manutenção, recebe através do FNDE/MEC *"recursos para apoio financeiro suplementar à manutenção e desenvolvimento da educação infantil para atendimento em creches públicas ou conveniadas de crianças de zero a 48 meses cujas famílias sejam beneficiadas do programa Bolsa Família"*. Desde 2012, contamos com esses recursos em 19 Escolas do município e 8 CMEIs com 187 crianças nessa idade. Em 2013, 21 escolas e 7 CMEIs foram contemplados com 306 crianças, e em 2014, 21 escolas e 8 CMEIs com 355 crianças beneficiadas com o Programa Bolsa Família.

GRUPO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO, METODOLOGIA PARA PESQUISA E AÇÃO - GEEMPA

Trata-se de um programa de alfabetização, que atende os alunos em correção de fluxo, com uma metodologia própria, com professores capacitados e acompanhamento sistemático do desempenho dos alunos. Em 2014 tivemos 10 professores com 13 turmas e mais de 300 alunos. O aproveitamento de alunos alfabetizados foi de 63% em 2012, 72% em 20

MERENDA ESCOLAR

A merenda escolar é distribuída em todas as unidades municipais de ensino. É adquirida pelas 20 escolas e 4 CMEIs, pois 3 CMEIS não recebem recursos diretos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O cardápio e as orientações são elaborados pela nutricionista da Secretaria Municipal de Educação. Os gêneros alimentícios são adquiridos através de fornecedores licitados e devidamente credenciados, sendo que 30% são adquiridos da agricultura familiar através de

chamada pública.

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA- PNAIC

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelo governo federal, o Distrito Federal, os estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. O município de São José de Mipibu aderiu ao Pacto no final do ano de 2012, para garantir a alfabetização dos alunos a partir de 6 anos de idade. Para tanto, 60 professores que atuam no ciclo de alfabetização contam com estudos e orientações nas áreas do letramento e alfabetização matemática, educação inclusiva e educação do campo, para dessa forma, adquirir conhecimentos necessários para atuar nesse segmento. Os encontros se dão de acordo com a quantidade de horas estabelecidas nos módulos de estudo do pacto e sempre fora da carga horária do professor.

PROGRAMA DE AÇÕES ARTICULADAS- PAR

O Programa de Ações Articuladas, deve ser elaborado de acordo com a realidade municipal e tem por objetivo principal a busca da melhoria na qualidade do ensino em todas as escolas. O PAR contempla as dimensões: gestão educacional; formação de professores e de profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação, infraestrutura física e recursos pedagógicos.

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE

É um programa do MEC/FNDE que subsidia com recursos financeiros todas as escolas públicas com o objetivo de promover a melhoria na infraestrutura física e pedagógica das escolas com a consequente elevação do desempenho escolar. O programa apresenta as seguintes características: **PDDE Básico** - recurso destinado à manutenção normal das escolas. **PDDE Integral** – para as escolas que trabalham com o Programa Mais Educação. **PDDE Estrutura** - atende ao programa de acessibilidade, água na escola e escola de campo. **PDE Escola** - Atleta na Escola, Escola Sustentável e Mais Cultura. Estes programas já foram citados quanto ao seu funcionamento.

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação é uma ação inter setorial entre as políticas públicas educacionais e sociais com intuito de ampliar a jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. No município, 14 escolas de 1º ao 9º ano estão inseridas, num total de 1.048 alunos, com atividades de atendimento pedagógico, esporte, cultura e lazer. Em 2014 mais 5 escolas iniciar a aquisição de material para início das atividades com um acréscimo de 765 alunos.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - PRONACAMPO

O Programa é realizado em parceria com os entes federados e contempla: formação inicial e continuada dos professores, distribuição de livros didáticos e paradidáticos, kit de jogos pedagógicos específicos para a realidade dos anos iniciais das escolas de campo e recurso para manutenção, conservação e melhoria das instalações e mobiliário, ou outras ações que concorram para a melhoria do desempenho escolar e já contemplou 7 escolas em 2013 e mais 7 estão em fase de planejamento para 2014.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD

O Programa tem por objetivo prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários. Além dos livros para o ensino fundamental, o município adquire através do programa: PNLD EJA, livros para o Brasil Alfabetizado e EJA; PNLD CAMPO, livros para os alunos de 1º ao 5º ano com especificidades no contexto social, cultural, ambiental, político e econômico; obras complementares para os alunos de 1º ao 3º ano para incrementar a aprendizagem do ciclo de alfabetização; PNAIC, livros de português e matemática até o 3º ano e dicionários destinados aos alunos da educação básica.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE

É um programa que *"visa o desenvolvimento das ações de promoção e atenção à saúde e de prevenção das doenças e agravos relacionados à saúde das crianças em idade escolar, para fins de recebimento de recursos financeiros e materiais"*, com responsabilidades e metas inerentes à execução do Programa Saúde na Escola, firmados entre as Secretarias de Saúde e Educação. Para 2014 foram pactuadas 24 escolas municipais e CMEIS e 8 escolas estaduais, atendendo um total de 6.888

alunos, com as seguintes ações: avaliação antropomédica; avaliação de saúde bucal; saúde ocular; verificação de situação vacinal; saúde auditiva; promoção da segurança alimentar e promoção da alimentação saudável; promoção da cultura da PAZ e direitos humanos; promoção de saúde mental no território escolar; direito sexual e reprodutivo e prevenção da DST/AIDS; prevenção de uso de álcool , tabaco, crack e outras drogas; promoção das práticas corporais, atividade física e lazer nas escolas; capacitação dos Agentes Educacionais I (merendeiros) em Vigilância Alimentar e Nutricional.

TRANSPORTE ESCOLAR

O transporte Escolar mantido pelas três esferas administrativas (municipal, estadual e federal), atende aos alunos da zona rural tanto no seu deslocamento de casa para a escola no centro da cidade, como de casa para as escolas das comunidades circunvizinhas. Para cumprir os roteiros, a frota é composta de: 7 ônibus adquiridos em convênio com o MEC/FNDE, 12 ônibus locados, 10 carros entre Vans e Kombis, e está em fase de aquisição 1 ônibus adaptado, mais 3 ônibus do convênio MEC/FNDE. Todos os transportes realizam os percursos nos horários matutino, vespertino e noturno. Dos ônibus locados, 4 fazem o trajeto dos universitários nos três turnos, para faculdades e universidades públicas e privadas da capital, Natal. O transporte escolar é administrado pela Secretaria de Transportes.

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1: Possibilitar até 2016, a Educação Infantil na pré-escola, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

1.1) criar condições para o cumprimento de metas nacionais que definem a qualidade da Educação Infantil, considerando a peculiaridade local;

1.2) minimizar, até o final da vigência deste PME, o percentual de 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;

1.3) realizar, anualmente, em regime de colaboração, entre as Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social o levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, visando o planejamento da oferta e inserção da demanda em creches;

1.4) construir até 2020, escolas com prédio próprio, mantendo e ampliando, as já existentes em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição e manutenção de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil;

1.5) executar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em Parâmetros Nacionais de Qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.6) expandir a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas na rede municipal de ensino;

1.7) elaboração currículos e propostas pedagógicas, até o final de 2016 por meio da articulação de cursos de pós-graduação, núcleo de pesquisa e cursos de formação para profissionais de educação, em parceria com Universidades Públicas e Privadas;

1.8) estimular o atendimento às especificidades dos alunos da Educação Infantil nas escolas do campo em salas específicas para este segmento de ensino;

1.9) no primeiro ano de vigência deste PME, garantir o atendimento das populações do campo na Educação Infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;

1.10) priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.11) executar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 5 (três) anos de idade;

1,12) no segundo ano de vigência deste PME, preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental;

1.13) promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à

infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.14) O município com a colaboração da União e do Estado, realizará e publicará, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por Educação Infantil creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;

1.15) regularizar, até 2018, a certificação de funcionamento das escolas de educação infantil do município.

META 2: Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (catorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias:

2.1) realizar campanhas anuais de mobilização voltada para a responsabilidade da família, visando matricular os alunos em idade escolar, através de chamada públicas e de outros mecanismos, em parcerias com o Conselho Tutelar e o Ministério Público;

2.2) acompanhar e monitorar, em parceria com o Conselho tutelar e o Ministério Público, sistematicamente o acesso, a permanência e a frequência do aluno na escola;

2.3) estabelecer parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, de modo que todos os alunos se matriculem, nenhum abandone ou acentue suas faltas na escola;

2.4) elaborar e efetivar a proposta pedagógica da secretaria até 2016 e a partir dela orientar a elaboração das propostas das instituições escolares de modo a assegurar a ação pedagógica na escola até 2017, de acordo com as suas especificidades;

2.5 elaborar mecanismos de acompanhamento da aprendizagem significativa e inclusiva de acordo com os níveis de ensino ofertado, suas especificidades e peculiaridades da comunidade local, visando o estabelecimento de condições curriculares adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias;

2.6) desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas de campo;

2.7) incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.8) estimular a oferta de ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para a população do campo, bem como a valorização da identidade das pessoas nas comunidades rurais;

2.9) promover, em parceria com entidades governamentais e não governamentais, de incentivo à cultura, esporte e lazer, o intercâmbio das escolas com instituições para a promoção de movimentos culturais, a fim de ofertar atividades que estimulem e contribuam , para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas sejam polo de criação e difusão cultural;

2.10) manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do(a) aluno(a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas pedagógicas em turno complementar , estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.

META 3: Oportunizar em regime de colaboração o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete)anos, até 2017 e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

3.1) incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte;

3.2) oportunizar em regime de colaboração, com o estado e união, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;

3.3) garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.4) manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.5) ampliar em regime de colaboração a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;

3.6) estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas,

gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.7) promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.8) fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional, para a inserção no mercado de trabalho, para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.9) redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno ,em conformidade com o E.C.A.(Estatuto da Criança e do Adolescente) bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos (as) alunos (as);

3.10) desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

3.11) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

3.12) estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;

3.13) possibilitar em parceria com os outros sistemas de ensino, tempo integral para o nível médio.

META 4: Ampliar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados públicos e ampliar para os alunos com deficiência das demais faixas etárias,

Estratégias:

4.1) definir, implementar, acompanhar e avaliar procedimentos voltados para o apoio às ações de inclusão sócio escolar, garantindo a inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino;

4.2) assegurar a formação continuada e/ou capacitação dos profissionais da educação para o Atendimento Educacional Especializado;

4.3) disponibilizar professores e profissionais de apoio para atuarem na Educação Especial, conforme a necessidade, assegurando os recursos humanos, técnicos e financeiros às unidades escolares, provendo-as das condições necessárias ao atendimento dessa modalidade educacional;

4.4) estabelecer parcerias com organizações governamentais e não governamentais na área educacional e profissional, bem como nas áreas de saúde, esporte, cultura e lazer, visando à qualidade do atendimento à pessoa com deficiência;

4.5) proporcionar a partir do segundo ano de vigência deste P.M.E., a acessibilidade arquitetônica dos estabelecimentos de ensino, nos mobiliários, equipamentos, nos transportes, nas sinalizações sonoras e visuais, nas tecnologias de informação e comunicação, em conformidade com a legislação;

4.6) zelar pela formação básica dos alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação, difundindo-a junto às direções, educadores e funcionários das escolas, garantindo o Atendimento Educacional Especializado em salas de

recursos multifuncionais nas formas complementar e suplementar;

4.7) manter atualizado o cadastro dos alunos que recebem educação especial no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, bem como acompanhar a declaração destes no Censo Escolar, a fim de garantir o cômputo das matrículas na Educação Básica e no AEE, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica;

4.8) intensificar o processo de Matrícula Antecipada junto às escolas, com a finalidade de organização dos serviços de Atendimento educacional Especializado, da distribuição dos alunos nas turmas comuns e de aquisição de recursos de acessibilidade arquitetônica e curricular;

4.9) garantir a oferta de Educação Bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, dos(as) alunos(as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, nas escolas e nas salas de Atendimento Educacional Especializado ao Surdo (SAES), bem como a implantação do sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.10) estimular a criação de espaços multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria articulados com instituições acadêmicas para apoiar o trabalho dos profissionais da educação com os alunos, estabelecendo parcerias com organizações governamentais e não governamentais na área educacional e profissional;

4.11) apoiar a ampliação das equipes de professores da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) e intérprete de LIBRAS, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de LIBRAS, prioritariamente surdos e professores bilíngues;

4.12) definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e

política de avaliação e supervisão para o funcionamento das instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.13) viabilizar a realização de visitas e atendimentos domiciliares em parceria em parceria com a rede de apoio, com vistas a uma orientação familiar de alunos que apresentam alguma deficiência ou transtornos para ingresso e promoção escolar;

4.14) acompanhar, através do mapeamento dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC dos alunos que frequentam ou não a escola, na busca contínua de estratégias para o ingresso e permanência, bem como de aprendizagem escolar;

4.15) promover até 2017, acessibilidade curricular, especialmente no Ensino Fundamental Anos Finais e a revisão do Processo Avaliativo com vistas à progressão continuada em níveis mais elevados de ensino;

4.16) Inserir como disciplina obrigatória no currículo comum das escolas, a Língua Brasileira de Sinais, a partir da Educação Infantil.

META 5: Alfabetizar todas das crianças matriculadas no máximo até o final do 3º ano (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

Estratégias:

5.1) aplicar e utilizar os instrumentos de avaliação nacional para desenvolver programas ou projetos de formação voltados para alfabetizar as crianças no máximo ao final do 3º ano (terceiro) ano do Ensino Fundamental;

5.2) subsidiar e monitorar a efetivação da ação pedagógica do professor alfabetizador na escola;

5.3) adotar critérios elaborados por uma comissão pedagógica, formada por membros da escola e da Secretaria de Educação, para atuação do professor no ciclo de alfabetização através de práticas pedagógicas inovadoras;

5.4) Apoiar a partir do primeiro ano de vigência deste P.M.E a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas;

5.5) possibilitar a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, no seu horário de trabalho, com afastamento remunerado, e com profissional substituto estimulando a articulação entre programas de pós - graduação e ações de formação de alfabetização.

META 6: Oferecer educação de tempo integral em, no mínimo 50% (cinquenta e por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (trinta por cento) dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

Estratégias:

6.1) constituir mecanismos de interação da escola com a comunidade, com relação ao uso do espaço físico;

6.2) assegurar as condições de funcionamento de programas específicos para implantação do tempo integral, tanto nas escolas da zona urbana como nas escolas de campo;

6.3) conscientizar a comunidade escolar sobre a importância da educação de tempo integral na escola;

6.4) fomentar a articulação das escolas com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos disponíveis na comunidade;

6.5) manter, em regime de colaboração, com programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, construção de salas de aula, instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

IDEB

	2015	2017	2019
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0

Estratégias:

7.1) estabelecer e adequar, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade local, a partir do primeiro ano de vigência deste P.M.E

7.2) Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 20% (vinte por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) até o último ano de vigência deste PME, 70%(setenta por cento) dos (as) estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação ao desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3) constituir, até o segundo ano de vigência deste P.M.E em colaboração entre a União, os Estados, um conjunto municipal de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas

características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.4) implantar até o segundo ano de vigência deste P.M.E o processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5) executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação dos profissionais da educação professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar; a partir do primeiro ano de vigência deste P.M.E;

7.6) associar a prestação de assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com I abaixo da média nacional; através dos programas municipais, estaduais e federais;

7.7) possibilitar os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

7.8) desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

7.9) orientar as políticas das redes de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média

nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices dos Estados, inclusive do Distrito Federal, e dos Municípios;

7.10) fixar, acompanhar e divulgar e utilizar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional, estadual e municipal de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação. A partir dos dados obtidos, o município deverá criar estratégias para subsidiar as escolas com os índices abaixo da média;

7.11) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.12) garantir transporte escolar gratuito para todos (as) os (as) estudantes, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local, passando por fiscalização e avaliação contínua dos órgãos responsáveis;

7.13) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.14) implementar políticas da apoio técnico e financeiro à gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática, respeitadas as devidas deliberações;

7.15) ampliar até o segundo ano de vigência deste P.M.E. programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.16) assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, adequada às necessidades das escolas, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, até o quinto ano de vigência deste P.M.E. ,garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e, em cada edifício escolar, até o final deste P.M.E.,garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.17) adquirir e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.18) o município, em regime de colaboração com os entes federados, estabelecerá, no prazo de 4 (quatro) anos contados da publicação desta Lei, parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.19) informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e da Secretaria de Educação Municipal, em colaboração com a União, bem como incentivar programas nacionais de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das Secretarias de Educação; a partir do primeiro ano de vigência deste P.M.E;

7.20) garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação dos profissionais da educação, em parceria com os diversos órgãos governamentais e não governamentais , para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.21) implementar em regime de coparticipação com os demais órgãos de garantias dos direitos, políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

7.22) garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.23) mobilizar e sensibilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.24) articular a partir do primeiro ano de vigência deste P.M.E.,os programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.25) estabelecer em parceria com órgãos da saúde, ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.26) aderir, aos sistemas nacional e estadual de avaliação da educação básica, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

7.27) promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de profissionais da educação, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.28) implantar, até o quinto ano de vigência deste P.M.E., bibliotecas em todas as escolas e centros municipais de educação infantil , com profissionais capacitados;

7.29) aderir ao programa de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional.

META 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para a população do campo, da região de menor escolaridade do município e dos 25%(vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

Estratégias:

8.1) institucionalizar programas e desenvolver estratégias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades da população de 12 a 29 anos de idade, bem como da população do campo;

8.2) promover a partir do primeiro ano de vigência deste P.M.E., expansão dos programas de educação de jovens e adultos já ofertados no município, e manter os já oferecidos nas comunidades rurais, considerado a população de 12 a 29 anos de

idade, bem como da população do campo, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias e busca de parcerias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3) promover a partir do primeiro ano de vigência deste P.M.E, busca ativa de jovens fora da escola pertencentes a população de 12 a 29 anos e a população do campo, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude;

8.4) buscar parcerias com a iniciativa pública e privada para oferta de cursos técnico profissionalizante e a possibilidades de ingresso no primeiro emprego, para a população de 12 a 29 anos de idade, bem como da população do campo.

META 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais em 10% (dez por cento) até 2016 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1) identificar a partir do primeiro ano de vigência deste P.M.E ,a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos, bem como os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2) expandir os programas e ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.3) executar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde , inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

9.4) implementar programas de capacitação educacional da população jovem e adulta, dando atenção especial aos alunos com deficiência, articulando os sistemas

de ensino, as universidades, as cooperativas, as ONG's e associações, por meio de ações de extensão, que favoreçam a efetiva inclusão social dessa população;

9.5) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas;

9.6) implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os(as) alunos(as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;.

9.7) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

META 10: Oferecer, em regime de colaboração, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias:

10.1) implementar a partir do primeiro ano de vigência deste P.M.E., programa de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e em colaboração, à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em regime de colaboração em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo;

10.3) ampliar em regime de colaboração, as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

META 11: Triplicar em regime de colaboração as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

11.1) apoiar o acesso aos estudantes de modo a expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2) possibilitar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

11.3) possibilitar o acesso ao aluno no atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.4) expandir em regime de cooperação com os entes federados,a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.5) reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais em regime de cooperação com os entes federados , o acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

11.6) criar programa de auxílio financeiro e /ou transportes para estudantes que estejam matriculados em cursos técnicos em outros municípios.

META 12: Elevar em regime de colaboração, a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade na oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias:

12.1) utilizar a oferta de vagas pelo Estado e pela União a educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de profissionais da educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficе de profissionais em áreas específicas;

12.2) ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior;

12.3) apoiar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

12.4) assegurar em regime de colaboração condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;

12.5) apoiar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País;

12.6) consolidar e ampliar em regime de colaboração, programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior; garantindo ao servidor, o afastamento remunerado;

12.7) expandir atendimento específico a populações do campo, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações;

12.8) criar uma política municipal de estágio remunerado e/ou obrigatório como parte da formação do discente.

META 13: Contribuir, em regime de colaboração com Estado e a União, com a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Estratégias:

13.1) promover em regime de colaboração com e Estado e a União, a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

13.2) contribuir com espaços educacionais para elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação stricto sensu;

13,3) oportunizar, em regime de colaboração com o Estado o acesso dos alunos às Universidades através de fortalecimento de estudos preparatórios para ENEM;

13.4) ampliar através do regime de colaboração com Universidades públicas e privadas o número de vagas em cursos de Mestrado priorizando os profissionais da educação do município.

META 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Estratégias:

14.1) expandir, em regime de colaboração, o acesso a pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento;

14.2) Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e as agências estaduais de fomento à pesquisa;

14.3) oportunizar o acesso em regime de colaboração a cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;

14.4) implementar em regime de colaboração, ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo a programas de mestrado e doutorado.

META 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

15.1) atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, e a União, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;

15.2) ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

15.3) utilizar a plataforma eletrônica para monitorar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

15.4) valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

15.5) incentivar o acesso a cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício, proporcionando seu ingresso até o segundo ano de vigência deste P.M.E.;

META 16: Formar, em regime de colaboração,em nível de pós-graduação, 90% (noventa por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a 50 (cinquenta por cento) (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

16.1) realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados e da União;

16.2) utilizar em regime de colaboração, a política nacional de formação dos profissionais da educação básica;

16.3) implantar até o segundo ano de vigência deste. P.M.E o portal eletrônico no município para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

16.4) fortalecer em regime de colaboração, a formação dos profissionais das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

META 17: Valorizar em regime de colaboração os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

Estratégias:

17.1 criar, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, um fórum permanente de trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

17.2) constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

17.3) cumprir, planos de Carreira para os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008;

17.4) solicitar a assistência financeira específica da União para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional;

17.5) garantir em caráter suplementar que no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos dos royalties decorrentes do pré-sal possam ser utilizados para a educação.

META 18: Assegurar, a plena execução, dos planos de carreira existentes, para os (as) profissionais da educação básica pública , tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégias:

18.1) estruturar a rede municipal de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação básica e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes

de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

18.2) implantar, nas redes públicas de educação básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

18.3) cumprir os planos de Carreira dos profissionais da educação, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu, garantindo seu retorno para a escola de origem;

18.4) realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

18.5) utilizar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para os Municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo planos de Carreira para os (as) profissionais da educação;

18.6) estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação do sistema municipal de ensino , para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de carreira.

META 19: Fortalecer a efetivação da gestão democrática, associada aos critérios de méritos e desempenho , definidos pelo Conselho Municipal de Educação e da consulta públicas à comunidade escolar , prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto, respeitando as deliberações da comunidade escolar.

Estratégias:

19.1) incentivar a participação nos programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, adquirindo para esses colegiados em regime de colaboração com a União, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.2) realizar conferências municipais, em conformidade com as estaduais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME e dos demais planos de educação;

19.3) estimular, em todas as redes de ensino a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, em parceria com a rede estadual e privada inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.4) fortalecer os conselhos escolares e demais conselhos municipais da educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo, garantindo o respeito às suas deliberações;

19.5) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos

escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.6) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.7) desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a tingir, no mínimo, a patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto-PIB do País no 5º ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias:

20.1) criar mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do município para aplicar nas etapas e modalidades da educação básica municipal;

20.2) fortalecer a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, a partir da implantação deste P.M.E.;

20.3) acompanhar, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, os investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades, bem como a sua aplicação;

20.4) no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PME, será implantado, em colaboração com a União, o Custo Aluno - Qualidade inicial - CAQI, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;

20.5) implementar, no primeiro ano de vigência deste P.M.E, em colaboração com a União, o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

20.6) criar, no primeiro ano de vigência deste P.M.E., a Lei Municipal de Responsabilidade Educacional;

20.7) assegurar o padrão de qualidade na educação básica, de acordo com a Lei de Responsabilidade Educacional do município, considerando as metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional;

20.8) otimizar a relação quantitativa(custo-benefício) professor-aluno para melhor aplicação dos recursos ;

20.9) ampliar, para além de 25%(vinte e cinco por cento) o investimento público em educação publica de rede municipal;

São José de Mipibu. 02 de junho de 2015

Adindo Duarte Dantas
Prefeito Municipal

FONTES CONSULTADAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino .O Plano Municipal de Educação- caderno de orientações, 2014.

Diálogos sobre a Gestão Municipal, Passo a Passo do Plano Municipal de Educação, Fundação Itaú Social 2014, São Paulo- S.P.

MONLEVADE, João. Plano Municipal de Educação de Itupiranga: O que é e como fazer, da decisão a ação. Brasília 2013.

http://www.qedu.org.br/brasil/ideb

http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.=

http://ibge.gov.br/home/

http://www.foradaescolanaopode.org.br/exclusao-escolar-por-municipio/RN/2412203-20Mipibu

http://pne.mec.gov.br/ Planejando a próxima década

São José de Mipibu, Secretaria municipal de Educação, Inspeção Escolar. Censo escolar, 2009 a 2013. São José de Mipibu, Secretaria

São José de Mipibu, escolas estaduais e particulares e Universidades Particulares.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU
"PALÁCIO ABEL IZAIAS"
CNPJ 09.116.096/0001-22

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei n° 015/2015

Relatório e Parecer

O Presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 015/2015 que, de autoria do Executivo Municipal, que "Institui o Plano Municipal de Educação e dá outras providências".

A proposição em questão foi lida na 15ª sessão ordinária, do primeiro período, não recebendo emenda ou substitutivo.

Em continuidade ao processo legislativo, esta Comissão procedeu à análise quanto aos seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do artigo 22, inciso I, do Regimento Interno desta Casa.

De tal análise, esta Comissão manifesta-se favorável a colocação em discussão e votação do referido Projeto por entender que não há nenhum vício que o torne inconstitucional.

Portanto, não havendo óbices, esta Comissão opina pela colocação em discussão e votação, no plenário desta Casa Legislativa, do Projeto de Lei n° 015/2015, juntamente com este parecer.

Remetam-se as demais Comissões, se assim for necessário, para emitirem seus Relatórios/Pareceres.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2015.

Alexandre Eloi Alves
Relator

Janete Rodrigues de Paiva Campos
Presidente

Márcio Gustavo de Araújo Freire
Membro

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

"PALÁCIO ABEL IZAIAS"

CNPJ 09.116.096/0001-22

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Projeto de Lei nº 015/2015

Relatório e Parecer

O Presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 015/2014, de autoria do Executivo Municipal, que "Institui o Plano Municipal de Educação e da outras providências"

Nos termos regimentais, o projeto esteve em pauta no dia 02.06.2015, não tendo recebido emendas ou substitutivos.

Inicialmente, a propositura foi encaminhada à Comissão de Justiça e Redação, que opinou somente quanto aos aspectos legais, constitucionais e jurídicos da proposição, nos termos do artigo 22, Inciso I, do Regimento Interno da desta Casa, opinando pela aprovação do Projeto.

Dando continuidade ao Processo Legislativo, a proposição foi encaminhada à Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Meio Ambiente. para que fossem analisados os aspectos previstos no artigo 22, Inciso IV, h, do Regimento Interno.

Na condição de relator designado verificamos que a proposta é de natureza legislativa e de iniciativa privativa do Executivo Municipal.

A presente Lei é pertinente, devido a necessidade de se adequar o município à exigência de criação ou revisão do Plano Municipal de Educação (PME) que está prevista pela Lei 13.005/2014, de 23/06/204, que estabeleceu o novo Plano Nacional de Educação (PNE), tendo em vista, que, desde 2001, quando entrou em vigor no país o primeiro PNE, estados, municípios e o Distrito Federal já tinham a obrigação de criar as suas versões locais das metas e estratégias.

O papel do PME é planejar as políticas públicas para a área da educação para os próximos 10 anos e, com isso, contribuir para a efetivação do acesso à educação. O plano municipal é um instrumento de cidadania, de garantia de direitos das crianças, adolescentes e jovens e, ao mesmo tempo, é uma diretriz que faz com que as políticas não sejam cortadas à medida que as gestões vão mudando, o que infelizmente é uma situação muito comum nos municípios.

Ante o exposto, no que nos compete analisar. o projeto de Lei nº 015/2015 do Executivo Municipal cumpre seu papel, define metas e descreve as estratégias que serão usadas para chegar até lá, de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 13.005/2014.

Portanto, a Comissão manifesta-se favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 015/2015.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, 09 de junho de 2015.

Verônica Senra da Silva
Relatora

Jean Poggio Nerino
Presidente

Josieidy Vera Diniz Fernandes
Membro